

EDUCAÇÃO ESPECIAL: Historicidade e Legislação

Taciano Luiz Coimbra Domingues

Mariana Rosa Cavalli Domingues

**Lins – SP
2009**

EDUCAÇÃO ESPECIAL: Historicidade e Legislação

RESUMO

O presente estudo se propõe a percorrer a história da Educação Especial a partir da idade média chegando até os dias atuais. Na Europa do século XVIII já havia escolas de Educação Especial. Nos Estados Unidos e no Brasil elas só surgiram no século XIX. As escolas especiais no Brasil sempre utilizaram como modelo pedagógico propostas educacionais concretizadas em países europeus ou nos Estados Unidos, deixando de lado a realidade social brasileira. Pelo fato de haver um modelo de Educação Especial implantado, e nunca criado para a nossa sociedade, é de grande importância o estudo da educação especial em sua historicidade e legislação para que possamos entender, em maior profundidade, o desafio da Inclusão Escolar para pessoas portadoras de necessidade especiais.

Palavras-chave: Educação especial, história, legislação e inclusão.

INTRODUÇÃO

A despeito de figurar na política Educacional Brasileira desde o final da década de cinquenta do século XX, até os dias atuais, a educação especial tem sido tratada, em grande parte das vezes, com irrelevância ou interpretada como um complemento da educação regular. O sentido a ela atribuído é o de assistência aos deficientes e não o de educação de alunos portadores de necessidades especiais. Mesmo quando entendida como modalidade de ensino, via de regra alvo de abordagens tecnicistas e reducionistas, a educação especial tem sido definida como simples opção de: métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais.

Contudo a Educação especial tem que ser entendida como a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal de pessoas com deficiência. Tais educandos são exatamente aqueles que hoje em dia têm sido chamados de pessoas portadoras de necessidades especiais. Entende-se que tais necessidades educacionais especiais decorrem da defrontação das condições individuais com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida.

Neste contexto, a educação especial e o processo de Inclusão Escolar no Brasil não têm merecido a necessária atenção de todos aqueles que estão envolvidos com ela, principalmente em relação a sua historicidade e legislação.

DESENVOLVIMENTO

História da Educação Especial

De acordo com Mazzota (1996) o atendimento educacional de pessoas portadoras de necessidades especiais, até o século XVIII, era basicamente ligado ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realistas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado.

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, inculcava a idéia da condição

humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (MAZZOTA, 1996, p.16)

Uma modificação dessa concepção de deficiência só foi possível quando houve a modificação do sistema econômico. Isto possibilitou que determinadas pessoas abrissem espaços nas várias áreas da vida social para a construção de conhecimentos e alternativas de atuação com vistas à melhoria das condições de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Mazzota (1996) afirma que até o século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento aos portadores de deficiência: Pedagogia dos anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia emendativa. Algumas dessas expressões, ainda hoje são utilizadas.

Sob o título de Educação de deficientes encontram-se registros de atendimentos ou atenção com vários sentidos: abrigo, assistência, terapia etc. daí dever revestir-se de extremo cuidado a seleção de medidas e ações educacionais destinados aos deficientes. (MAZZOTA, 1996, p.17)

Segue abaixo um pequeno histórico das figuras eminentes para a Educação Especial entre os séculos XVII e XIX (MAZZOTA, 1996).

► Jean Paul Bonet lançou o primeiro livro sobre educação de deficientes na França: *Redação das Letras e Arte de Ensinar os mudos a Falar* (1620).

► Abade Eppée fundou a primeira instituição especializada para educação de “surdos-mudos” em 1770 na França. Inventou também o *método de sinais*. Sua obra escrita mais importante foi publicada em 1776, intitulada *A verdadeira maneira de Instruir os surdos-mudos*.

► Valentin Háüi fundou em Paris o *Instituto Nacional dos jovens cegos* em 1784.

► Louis Braille, um jovem cego francês estudante do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, inventou o *método Braille* em 1829.

► Nos Estados Unidos, a primeira Escola pública para surdos foi a *American School*, de West Hartfrd. Connecticut, fundada em 1817, pelo Reverendo Thomas Galludet.

Segundo Coll e cols. (2004) até a primeira metade do século XX, o termo deficiência era entendido como um problema de herança genética, ou seja, algo que não mudaria ao longo da vida. Acreditava-se que aquele que nascia com algum déficit sensorial ou mental estava condenando a viver com essas limitações. Pensava-se que as pessoas eram deficientes somente por condições metabólicas. Essa concepção fez com muitas deficiências fossem tratadas como doenças que deveriam ser catalogadas, divididas em classes; e diagnosticadas por médicos e/ou profissionais ligados a saúde.

Com o passar dos anos, apesar de estas categorias terem se modificado, a deficiência continuou sendo entendida como um problema orgânico, com poucas possibilidades de mudança, mesmo com tratamentos a longo prazo. Segue abaixo um quadro proposto por Coll e cols. (2004, p.16) das categorias estabelecidas da deficiência que vai de 1886 a 1981.

QUADRO1: Categorias estabelecidas de deficiência/transtorno.

1886	1899	1913	1945	1962	1970	1981
Idiota	Idiota	Idiota	Subnormal grave	Subnormal grave	Subnormal educável (grave)	Criança com dificuldade de Aprendizagem (grave)
Imbecil	Imbecil	Imbecil Imbecil Moral		Psicopata		
	Cego	Cego	Cego Ambliópe		Cego Ambliópe	Cego Ambliópe
	Surdo	Surdo	Surdo		Surdo	Surdo
			Hipoacústico	Hipoacústico	Hipoacústico	Hipoacústico
	Epilético	Epilético	Epilético		Epilético	Epilético
	Deficiente	Deficiente Mental	Subnormal educável		Subnormal educável (leve ou moderado)	Criança com dificuldades de aprendizagem

						em (leve ou moderado)
			Inadaptado		Inadaptado	Inadaptado
		Deficiente físico			Necessidades Educativas Especiais	Alterado
			Limitado fisicamente		Limitado fisicamente	Limitado fisicamente
			Defeito de fala		Defeito de fala	Defeito de fala
			Delicado	Delicado	Delicado	Delicado
			Diabético			Disléxico
						Autista

A concepção de que a deficiência é algo inato e que não se modifica durante a vida promove duas conseqüências metodológicas:

A primeira é a necessidade de um diagnóstico preciso do transtorno. Por isso, generalizam-se os testes de inteligência, cujo objetivo principal é o de situar as pessoas em um determinado nível, comparando-as ao restante da população. O desenvolvimento dos testes de inteligência ajuda a delimitar os diferentes níveis de normalidade e de deficiência mental, além de diagnosticar em qual deles situa-se o aluno. A segunda conseqüência manifesta-se na aceitação generalizada de que a atenção educativa dos alunos com algum prejuízo ou deficiência supõe que devam ser escolarizados em escolas especiais. (COLL e Cols, 2004, p.17)

Nas décadas de 1940 e 1950, as abordagens Comportamental e Ambientalista da Psicologia iniciaram um movimento de questionamento das teorias vigentes da deficiência. Essas abordagens embasadas em pesquisas a cerca dos transtornos, contribuíram para a modificação dos paradigmas educacionais, uma vez que provaram a influência social e cultural no funcionamento intelectual e comportamental da pessoa portadora de deficiência.

Coll e cols. (2004, p.17) afirmam que na segunda metade do século XX, mais especificamente na década de 1960, os movimentos sociais, a respeito da Educação Especial, ganharam tanta força política que provocaram profundas mudanças no campo educacional. A seguir um pequeno resumo dessas transformações.

Uma perspectiva distinta dos processos de aprendizagem e das diferenças individuais.

- ▶ A revisão da avaliação psicométrica.
- ▶ A presença de maior número de professores competentes.
- ▶ A extensão da educação obrigatória.
- ▶ Mudança no conceito de abandono escolar.
- ▶ Avaliação das escolas de educação especial.
- ▶ Experiências positivas de integração.
- ▶ A existência de uma corrente normalizadora no enfoque dos serviços sociais.
- ▶ Aumento dos movimentos sociais a favor da igualdade.

Diante de todas estas mudanças Coll e cols. puderam concluir:

Todos esses fatores, impulsionadores da mudança e, ao mesmo tempo, do processo de transformação, contribuíram para a aceitação de uma nova maneira de entender a deficiência a partir de uma perspectiva educacional. (COLL e cols, 2004, p.19)

História da Educação Especial no Brasil

Segundo Mazzota (1996) o movimento de educação especial no Brasil foi inspirado na Europa e na América do Norte. Já havia atendimento aos portadores de deficiências no século XIX, não havendo, porém, uma integração das iniciativas, que ora eram particulares, ora oficiais. Historicamente, pode-se dividir a educação especial no Brasil em dois momentos; o primeiro caracterizou-se por iniciativas governamentais isoladas ou particulares e compreendeu os anos de 1854 a 1956; e o segundo caracterizou-se por iniciativas de âmbito nacional que se desenvolveram a partir de 1957 e se mantiveram até os dias atuais.

Em 1854, ocorreu a fundação do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* por D. Pedro II. Passados 36 anos Teodoro da Fonseca renomeou o local de Instituto

Nacional dos cegos e no ano seguinte, para homenagear uma personagem importante da nossa história, esse lugar é novamente renomeado definitivamente de Instituto Benjamim Constant (IBC).

D Pedro II fundou também o *Imperial Instituto dos surdos-mudos*, local, que posteriormente foi renomeado para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1957, onde se oferecia educação literária e ensino profissionalizante.

Desde o início, esses institutos não atendiam significativamente a população, como se pode observar pelos dados estatísticos: em 1872 havia 15.848 cegos e 110598 surdos, enquanto que apenas 35 cegos eram atendidos no IBC e 17 surdos no INES. Em 1883, ocorreu o 1º Congresso de Instituições Públicas, cujo tema englobava a sugestão do currículo para formação de professores para cegos e surdas. Em 1900, aconteceu o Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia da Educação e Tratamento Médico Pedagógico dos Idiotas. Em 1920, surgiu o livro “Infância Retardada”, do professor Noberto de Souza Pinto de Campinas-SP. Em 1950, havia 40 estabelecimentos de ensino especial mantidos pelo poder público.

Mazzota (1996) relata que a partir de 1957, começaram a ocorrer Campanhas Nacionais, sendo a primeira Campanha para Educação do surdo brasileiro; em 1958, aconteceu a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da visão e, em 1960, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de deficientes mentais.

Em 1971, surgiu a lei “tratamento especial aos excepcionais”, tendo ocorrido numerosas ações para a implantação dessa lei. Nesse mesmo ano, foi fundado pelo presidente Médici, o Centro Nacional de Educação Especial, que tinha como finalidade promover, em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais. Em 1986 essa instituição foi renomeada para Secretaria de Educação Especial (SESPE).

Em março de 1990, foi reestruturado o Ministério da educação, ficando extinta a SESPE. As atribuições relativas à educação especial passaram a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB), a qual foi renomeada, em novembro de 1990, Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE). Em 1992, com a queda do presidente Collor, a DESE tornou-se a Secretaria de Educação Especial.

Saint-Laurent (1997) relata que nos anos que se seguiram, começaram a ocorrer movimentos sociais que exigiam uma Integração Escolar para todos os alunos. Essa reivindicação de um modelo de inclusão era uma resposta a

insatisfação do modelo de educação especial vigente. Atualmente, percebe-se a existência de um conflito entre todos os envolvidos no contexto da educação especial, no qual uns querem manter o *status quo* das instituições para alunos especiais e outros querem reestruturá-las, ou ainda abandoná-las.

Legislação

No âmbito legal, na constituição brasileira de 1988, na lei 9394/96, o tema da educação especial está representado em forma de regras como o direito de igualdade de todo o cidadão, tendo sido escrita com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (O.N.U.) de 1948. No seu artigo 2º define os princípios e fins da educação nacional que deve ser igualitária, com respeito à liberdade, garantindo um padrão de qualidade especializado e gratuito a todos, sem exceção.

No seu artigo 4º inciso III, garante na escola pública atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, no inciso IX do mesmo artigo, também garante padrões mínimos de qualidade de ensino. No artigo 12º explicita que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de *elaborar e executar suas propostas pedagógicas, ou seja, terão autonomia para planejar seu próprio projeto de ensino.*

Dentro da Lei de Diretrizes e Bases (L.D.B), em seu capítulo 5º, são apresentadas as normas da educação especial com as regras para a inclusão de portadores de necessidades especiais em que está previsto o respeito às peculiaridades da deficiência de cada indivíduo. No segundo inciso do artigo 58º defende que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível a sua interação nas classes comuns.

No artigo 59º, inciso III da L.D.B, nomeia professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns. Faz-se necessário, então, que as escolas públicas tenham professores capacitados para ensinar com métodos específicos, os quais atendam a demanda do aluno.

Assim percebe-se que o Brasil segue as tendências educacionais mundiais, como por exemplo, o Programa Mundial de Ação relativo às pessoas com deficiências (O.N.U, 1983)

A Constituição Brasileira, artigo 205º de 1988 reza: *“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

CONCLUSÃO

Através dessa breve revisão da Historicidade e Legislação percebemos os desafios que a Educação Especial e Inclusão Social representam para nossa sociedade. Uma vez que a lei prevê o processo de inclusão, é importante que este tema seja amplamente discutido no que se refere aos benefícios que pode trazer para os portadores de diferentes deficiências. Seu objetivo principal é favorecer a interação social do aluno portador de deficiência com os outros alunos ditos normais, na tentativa de tirar aqueles da condição de excluídos.

SPECIAL EDUCATION: History and Legislation

ABSTRACT

This study proposes to go through the history of Special Education from the Middle Ages up until the present. In eighteenth-century Europe had schools Special Education. In the United States and in Brazil they only emerged in the nineteenth century. Special schools in Brazil have used the model of pedagogical educational proposals implemented in European countries or the United States, leaving aside the Brazilian social reality. Because there is a special education model implemented, and never created for our society, is of great importance to the study of special education in its historical and legislation so that we can understand in greater depth the challenge of school inclusion for people with special needs.

Keywords: Special education, history, Legislation e inclusion.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Governo Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

CAPELLINI, Vera Lúcia M. F. e Mendes, Enicéia Gonçalves. **Informação e sensibilização: primeiros passos para a inclusão**. São Carlos: UFSCar, 2003.

COLL,C; MARCHESI,A; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas Especiais**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

FERREIRA, S. L. **Educação Inclusiva**. Transcrição da palestra proferida ao Conselho Municipal de Londrina. Londrina, Prefeitura, 2000.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Alfabetização: passado, presente, futuro. **Revista Idéias**, São Paulo, n19, 1993.

NAUJORKS, M. Inês; KEMPFER, G. Letícia; PLETSCHE, M. Denise; LOPES, F. Dias. Stress ou Burnout, a realidade frente a inclusão. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 15, p.67-74. 2000.

OMOTE, S. **Temas em educação especial**. São Carlos: UFSCar, 1990.

OMOTE, S. Deficiência: da diferença ao desvio. In: MANZINI, E. J. ; BRANCATTI, P. R. (orgs). **Educação Especial e Estigma: corporeidade, sexualidade e expressão artística**. Marília: UNESP, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Lei Universal dos Direitos do Homem**. Nova York, 1948.

SAETA, Beatriz Regina Pereira, O contexto social e a deficiência. **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, nº1, p. 51-55. 1999.

SAINT-LAURENTE, Lise. A educação com alunos com necessidades especiais. In: **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997.

Autores:

Taciano Luiz Coimbra Domingues

Psicólogo pela Universidade Estadual De Londrina/PR

Especializado em Educação Especial pelo Cippex – Curitiba/PR

Especializando em terapia familiar e da casal pelo IBAP

Psicólogo da Prefeitura Municipal de Lins

taciano_luiz@yahoo.com.br

fone: (14) 35237315

Mariana Rosa Cavalli Domingues

Psicóloga pela Universidade Estadual De Londrina/ PR

Mestre em Filosofia pela UFSCar/SP

Especializada em Clínica Psicanalítica Pela UCDB – Campo Grande/MS.

Docente do Centro Universitário Salesiano Auxilium (Unisalesiano) Lins/SP

mrosacavalli@yahoo.com.br

fone: (14) 35237315